

Mercado S/A



AMAURI SEGALLA
amaurisegalla@diariosassociados.com.br

6 Crescer 3% versus uma base comparativa fraca não tem nada de extraordinário

Paulo Pinto/Agência Brasil



Presidente da Fiesp defende plano de apoio à indústria

O governo Lula tem, na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), uma aliada de peso. Em reunião com conselheiros, Josué Gomes da Silva, presidente da entidade, repudiou as críticas feitas por economistas sobre a nova política industrial brasileira, que prevê R\$ 300 bilhões em financiamentos ao setor. "As críticas não são só injustas como inadequadas", disse. "É preciso que a sociedade brasileira aplauda esse plano, que é um primeiro passo para a recuperação da indústria nacional."

iFood/Divulgação



iFood aumenta a aposta em entregas de supermercados

Maior empresa de delivery do Brasil, o iFood está de olho nos negócios gerados pelas entregas de produtos de supermercados. A companhia fechou parceria com a Daki, dona de aplicativo que atua nesse segmento, para realizar entregas em São Paulo e Belo Horizonte. A ideia, contudo, é de que o serviço seja levado para outras praças. É fácil explicar o novo alvo do iFood. Atualmente, as compras de supermercado geram R\$ 430 milhões em receitas. Em 2019, a cifra era R\$ 5 milhões.

A boa surpresa da prévia do PIB

Quanto a economia brasileira cresceu em 2023? Indicador calculado mensalmente pelo Banco Central, o IBC-BR, considerado uma prévia do PIB do país, aponta para um resultado melhor do que o esperado: 2,45%, acima das projeções feitas pelos analistas econômicos. Como tradicionalmente o IBC-BR vem abaixo do PIB de fato, a expectativa é de que a economia tenha avançado no ano passado perto de 3%. Ressalte-se que, em janeiro de 2023, as previsões estimavam um avanço de, no máximo, 1%, ou um pouco abaixo disso. É preciso lembrar, contudo, que crescer 3% versus uma base comparativa fraca não tem nada de extraordinário, e que o Brasil tem uma longa jornada até superar os velhos voos de galinha. Como será em 2024? Por ora, os especialistas apontam para um avanço de 1,6% do PIB, e ninguém ainda fez revisões para cima. Espera-se que, mais uma vez, os economistas tenham exagerado na dose de pessimismo.

R\$ 3,5 bilhões

é quanto o governo federal vai liberar para o programa "Mobilidade Verde", que oferecerá incentivos fiscais para montadoras que investirem na descarbonização de suas atividades

Nelson ALMEIDA/AFP



Aprender é algo que depende do aluno, não do professor. Se você estiver disposto a aprender algo novo, mesmo com os erros, já vai passar na frente de muita gente. Aprenda, pergunte, investigue, conheça e acumule conhecimentos. Esse é um trampolim para saltar mais alto"

Abílio Diniz, empresário brasileiro (1936-2024)

Com alimentação em alta, franquias aceleram no Brasil

As franquias brasileiras fizeram bonito em 2023. Segundo a Associação Brasileira de Franchising (ABF), elas faturaram, no ano passado, R\$ 240,6 bilhões, um crescimento de 14% em relação a 2022 e de 29% versus 2019, antes da pandemia de covid-19. "Os resultados mostram a capacidade de adaptação do setor, principalmente em relação à digitalização e ao ajuste de modelos de negócio", disse Tom Moreira Leite, presidente da ABF. Como sempre ocorre, o segmento de alimentação foi o de melhor desempenho.

AJUSTE FISCAL / Após reunião com o ministro da Fazenda, líder do governo no Congresso diz que presidente Lula decide esta semana sobre reoneração da folha de pagamentos de 17 setores da economia. Proposta deve seguir como PL

Reoneração, só em 2025, diz líder

» LUANA PATRIOLINO
» VITÓRIA TORRES*

O senador Randolfe Rodrigues (sem partido -AP), líder do governo no Congresso, disse, ontem, que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (MP) deve "bater o martelo" a respeito da Medida Provisória 1.202/2023, que trata da reoneração da folha de pagamentos, ainda nesta semana. A decisão deve ocorrer após o chefe do Executivo se reunir com os líderes e ministros da articulação política sobre o tema.

Randolfe e o senador Jaques Wagner (PT-BA), líder do governo no Senado, se reuniram ontem com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para tratar da pauta econômica.

Enviada ao Legislativo no fim de dezembro, a MP traz de volta a cobrança da contribuição previdenciária de 17 setores da economia, extingue a alíquota reduzida da contribuição previdenciária a municípios com menos de 142,6 mil habitantes, revoga os benefícios concedidos à área de eventos por meio do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) e limita a compensação de créditos

decorrentes de decisões judiciais transitadas em julgado em valores superiores a R\$ 10 milhões.

"Nós temos avançado em um entendimento sobre os temas relativos à desoneração serem encaminhados por projeto de lei em regime de urgência. O presidente (Lula) deve chamar a todos nós, deve chamar também o ministro (Fernando) Haddad esta semana para bater o martelo em relação a esse tema e encaminhar o projeto de lei em regime de urgência relativo à reoneração", afirmou o político a jornalistas.

A ideia, segundo o parlamentar, é de que os trechos que tratam da reoneração da folha das empresas e dos municípios sejam retirados da MP e introduzidos em um projeto de lei a ser enviado ao Congresso em regime de urgência. Uma nova MP seria editada contendo apenas os itens que tratam do Perse, do qual, segundo Randolfe, o governo não abre mão, e da compensação.

"Eu arriscaria dizer que, nesta semana, nós deveremos ter já os encaminhamentos em relação ao projeto de lei autônomo, uma MP retirando esse tema da desoneração da MP 1202 e a consequente instalação da comissão", destacou Randolfe.

Jefferson Rudy/Agência Senado



Segundo o senador Randolfe, o presidente Lula decide esta semana sobre a tributação da folha

O líder também admitiu a possibilidade de que a reoneração passe a valer apenas a partir de 2025. Segundo ele, é "quase natural" que, com a retirada do tema da reoneração da MP 1.202 e seu encaminhamento

em forma de projeto de lei com regime de urgência, "a reoneração, na prática, fique suspensa de ser inaugurada já neste ano de 2024".

"Então, é óbvio, e o próprio ministro tem conversado com

todos os setores da economia voltados a esse tema. Por óbvio, o projeto deverá incluir o marco do começo da reoneração, que obviamente ficaria aí para o ano próximo", completou Randolfe.

Política industrial

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Geraldo Alckmin, admitiu ontem, em fala a empresários, que para a nova política industrial deslançar no país, será necessário superar barreiras, como o custo Brasil. Em encontro promovido pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Alckmin apontou que "o Brasil ficou caro, antes de ficar rico".

"A política industrial, por melhor que seja, não vai resolver tudo sem uma boa macroeconomia e sem redução do custo Brasil. Não há mágica. Mas estamos avançando, se considerarmos juros, câmbio e impostos", afirmou. Segundo o ministro, "o câmbio está competitivo. Os juros são muito altos, mas estão em queda. E a reforma tributária vai ajudar, porque vai simplificar, reduzir custo, desonerar completamente investimento e exportação".

"É um país caro e é caro para exportar, tem dificuldade para exportar, a não ser produto primário. Tem que reduzir custo Brasil, melhorar a produtividade e competitividade", enfatizou.

* **Estagiária sob a supervisão de Edla Lula**

CONCURSO UNIFICADO

Dois milhões pagaram a taxa

O Concurso Público Nacional Unificado (CPNU) registra 2,1 milhões de inscrições já confirmadas. Somatório dos candidatos isentos e dos inscritos que já tiveram o pagamento aprovado, o número é uma parcial das

compensações bancárias realizadas no fim de semana, após o término do prazo para pagamento da Guia de Recolhimento da União (GRU).

Após a compensação bancária final dos pagamentos, o

Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos irá divulgar, entre outros dados, o balanço final de inscrições confirmadas e o número total de inscritos por cada bloco temático. O anúncio será feito pela ministra

Esther Dweck, em entrevista coletiva, a ser realizada nesta semana.

A prova acontecerá no dia 5 de maio e será aplicada em 220 cidades, localizadas em todas as unidades da Federação, com questões objetivas específicas e dissertativas, por área de atuação.

A divulgação dos resultados das provas objetivas e preliminares das provas discursivas e

redações está marcada para 3 de junho. O resultado definitivo será anunciado em 30 de julho. Já etapa de convocação para posse e realização de cursos de formação começará em 5 de agosto.

O objetivo do Concurso Unificado é promover igualdade de oportunidades de acesso aos cargos públicos efetivos;

padronizar procedimentos na aplicação das provas; aprimorar os métodos de seleção de servidores públicos, de modo a priorizar as qualificações necessárias para o desempenho das atividades inerentes ao setor público; e zelar pelo princípio da impessoalidade na seleção dos candidatos em todas as fases e etapas do certame.